

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em sua marcha para destruir tudo o que se assemelhe a pesquisa e a ciência, o Governo Bolsonaro decidiu investir agora contra a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC.

Criada em 20 de fevereiro de 1957 pelo Presidente Juscelino Kubitschek, a CEPLAC completou, em 2019, 62 anos e vive uma lenta agonia, diante dos graves problemas causados pela falta de investimentos e pela crescente defasagem de pessoal.

A deficiência do quadro funcional tem se agravado e ocorre, sobretudo, pela não realização de concursos públicos, medida capaz de recompor a força de trabalho e suprir o grande volume de servidores já aposentados ou em via de se aposentarem.

O papel institucional da CEPLAC também sofreu sucessivos abalos ao longo das últimas décadas. A importância da CEPLAC para o setor agrícola está no fato de ela transcender outras instituições rurais, pois atua na área de ensino, pesquisa e extensão, capacitação e apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do cacau. Além do sucateamento, perdeu sua autonomia, tornando-se um departamento subordinado à Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os técnicos da CEPLAC, entre outras atribuições, são responsáveis por prestar assistência técnica aos agricultores, além de atuarem em 54 Municípios da região cacaueira. É preciso uma ação firme da sociedade e de seus segmentos organizados para assegurar que órgãos públicos como a CEPLAC estejam cada vez mais capacitados para representar os interesses da população vulnerável, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão social no ambiente rural.

A Bahia é responsável por 60% da produção de cacau e chocolate do País. Estima-se que a rede de produção de cacau envolva mais de 5 milhões de pessoas com a geração de emprego e renda.

Na mais recente investida contra a CEPLAC, a Secretaria de Inovação e Tecnologia do Ministério da Agricultura determinou a disponibilização de todos os seus auditores e técnicos agropecuários para a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da

Agricultura (MAPA). De acordo com técnicos, a medida não só acaba, de uma vez, com a extensão rural da CEPLAC, como também significa praticamente a extinção do órgão. Com a mudança, os técnicos e auditores deixarão de atender a CEPLAC e poderão ser remanejados para qualquer Estado brasileiro.

A Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia — AMURC, conjuntamente com os consórcios públicos CIAPRA, Litoral Sul, CIMA, CIMURC e Médio do Sudoeste solicitam a anulação do Despacho Processo nº 21000.065189/2019-74, que trata da solicitação de pessoal da CEPLAC. A entidade destaca que tal solicitação resultará no encerramento das atividades da instituição CEPLAC — Pesquisa e Extensão Rural, que vem sendo desenvolvida com dificuldades, em virtude do baixo contingente funcional. Tal procedimento trará perdas irreversíveis à pesquisa, ao controle fitossanitário e à extensão rural, bem como à aceleração das aposentadorias pelos referidos técnicos.

A CEPLAC é uma instituição de alta relevância e necessária ao desenvolvimento da cacauicultura no Brasil e no mundo, e este ataque à instituição acarretará a interrupção das pesquisas, a perda do controle fitossanitário das fronteiras e o fim da assistência técnica e extensão rural. Resultará, ainda, na maior crise da história da lavoura do cacau no Brasil e da sustentabilidade que este cultivar traz ao meio ambiente, em especial à Mata Atlântica e à Floresta Amazônica.

Diante da gravidade da situação enfrentada pela CEPLAC, conclamo a bancada da Bahia a lutarmos pela revogação imediata do Despacho Processo nº 21000.065189/2019-74, do Ministério da Agricultura, que liquida em definitivo com esta instituição tão cara para a Bahia e o Brasil.

Muito obrigada.